

NOBRES PORTUGUESES EM LEÃO E CASTELA (Século XIII)*

Por Henrique David e José Augusto P. de Sotto Mayor Pizarro

1 — As razões e os momentos

A fronteira que a partir de 1128 se foi afirmando, e que separou o reino de «Portucale» dos outros reinos vizinhos, não se tornou nunca impeditiva de uma grande movimentação de cavaleiros entre esses reinos. Factores de índole geográfica, social ou política, entre outros, fizeram prevalecer laços de parentesco e hábitos de contacto anteriores a essa afirmação.

A proximidade geográfica, sobretudo das famílias do Alto Minho e da Galiza, os atrás referidos laços de parentesco e determinados momentos políticos tornaram comuns os contactos entre um e o outro lado da fronteira, a ponto de ser por vezes difícil definir a nacionalidade de algumas dessas famílias¹.

Para além desses factores, que poderíamos classificar como «naturais», outro há que teve um peso importante no evoluir deste processo, para além daqueles casos pontuais em que o exílio é consequência de crimes ou atitudes de violência, como é o caso, bem conhecido através dos Nobiliários, de João de Vasconcelos, o Tenreiro. Trata-se das profundas alterações vividas no seio da nobreza, que se aceleram ao longo do século XIII, e que irão ditar cada vez mais o afastamento dos filhos segundos da herança paterna, o que os obrigará a procurar fortuna longe do solar de origem, em terras mais libertas do «congestionamento» senhorial do Entre-Douro-e-Minho.

* Trabalho apresentado nas «II Jornadas de História sobre a Andaluzia e o Algarve/Séculos XIII-XVIII», La Rabida, Abril de 1986.

¹ MATTOSO, José, *Portugal medieval. Novas interpretações*, Lisboa, 1985, p. 171-196.

Mas se uns tentaram fixar-se fora dessa zona, outros procuraram a sorte pelas armas, alcançando o valimento de reis ou de grandes senhores. «Cavaleiros-andantes», que tiveram um excelente campo de acção nas campanhas da reconquista peninsular que atingem o seu auge no século XIII. Não é difícil admitir que muitos aí tenham perdido as suas ilusões sem que deles tenha ficado memória nos Nobiliários ou em outra documentação.

Curiosamente, alguns ficaram conhecidos, não pela valentia mostrada no campo de batalha, mas pela destreza com que trovaram nos paços de além fronteiras.

Como é evidente, muitos foram os que estiveram ausentes do país durante o século XIII como embaixadores, como é o caso de D. João de Aboim², ou exclusivamente para participar numa determinada campanha militar, como nas Navas de Tolosa em 1212, logo regressando a Portugal.

Pesem embora todas as considerações feitas anteriormente, parece-nos lícito destacar três momentos em que a mobilidade dos cavaleiros portugueses para fora do país mais se acentua:

— o primeiro verifica-se em 1211 com a subida ao trono de Afonso II. São bem conhecidos os problemas surgidos entre o novo monarca e as suas irmãs Teresa, Sancha e Mafalda, pela recusa daquele em lhes entregar os legados a elas deixados por seu pai em testamento. Esta atitude de Afonso II e a conseqüente reacção das infantas chegou ao extremo das armas e só a intervenção papal pôs termo ao conflito. Durante este processo foram vários os elementos da nobreza que, ou porque apoiavam as irmãs do monarca, ou porque com ele se incompatibilizaram, como é o caso do mordomo de Sancho I, abandonaram o país.

Já o tinham feito, aliás, os dois irmãos do rei, D. Pedro e D. Fernando que, ao que se julga, não concordavam com a política centralizadora que aquele logo de início quis impôr³; o primeiro dirigiu-se à corte de Leão e mais tarde irá para a Catalunha, e o segundo a Paris e depois para a Flandres.

Anos mais tarde, por volta de 1218-19, cabe a vez a Martim Sanches,

² *Cancioneiro da Ajuda*, ed. crit. por Carolina Michaëlis de Vasconcellos, vol. II, Halle, 1904, p. 356-357.

³ ANTUNES, José, OLIVEIRA, António Resende de, MONTEIRO, João Gouveia, *Conflitos políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão* in «Revista de História das Ideias», vol. 6, 1984, p. 47-49.

bastardo de Sancho I, de se retirar do reino, por se envolver em luta com o rei, sendo recebido na corte de Afonso IX de Leão;

— o segundo inicia-se na década de 40 e prolonga-se por mais de vinte anos. Este período engloba, entre outros factores, a guerra civil que estala nos últimos anos do reinado de Sancho II e que o leva ao exílio em Toledo, em 1247, e com ele os seus mais dedicados vassallos, que são recebidos por Fernando III, e o envolvimento de numerosos portugueses nas campanhas de reconquista levadas a cabo por aquele monarca e seu filho Afonso X⁴, quer na Andaluzia, quer no Reino de Murcia. Se neste caso participam nobres portugueses idos expressamente para o efeito, também lá vamos encontrar alguns dos que, pelos motivos referidos anteriormente, já se encontravam radicados em Castela.

Para o final do período, ou seja, na década de 60, verifica-se nova saída de portugueses sem atingir, como é óbvio, a amplitude das anteriormente referidas dentro do «momento» agora analisado, e que terá tido como causas principais os reajustamentos efectuados por Afonso III no grupo dos seus conselheiros, e o reacender das lutas no Sudeste peninsular;

— o terceiro e último momento dá-se já nos anos 80, quando alguns nobres seguem com a viúva de Afonso III, que se dirigiu a Castela para acompanhar Afonso X, seu pai, nos últimos e penosos anos de reinado.

2 — Os homens e as famílias

Exposta assim a situação, evolução e principais características da nobreza portuguesa ao longo do século XIII e apresentados, no nosso entender, os principais momentos e razões que levaram alguns dos seus membros a sair do reino ao longo desse período, cumpre-nos agora demonstrar, dentro das naturais limitações da recolha feita, a existência de íntimos laços de parentesco entre esses homens, aproveitando ainda para acrescentar alguns dados relativos a algumas figuras mais conhecidas e que permitem definir com mais exactidão o período da sua permanência em terras de Leão e Castela.

⁴ Os portugueses beneficiados nos «repartimientos» encontram-se referenciados em DAVID, Henrique, *Os portugueses nos livros de «Repartimiento» da Andaluzia (século XIII)* in «Actas das 1.^{as} Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia», Loulé, Câmara Municipal, 1987, pp. 271-296 e IDEM, *Os portugueses e a reconquista castelhana e aragonesa do séc. XIII* (no prelo).

A exposição que se segue tem como base seis quadros genealógicos, elaborados sobretudo a partir do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e de referências dispersas na documentação. Cada quadro engloba uma ou várias famílias que permitem estabelecer relações de parentesco entre alguns dos seus membros, encontrando-se assinalados por uma moldura aqueles que se ausentaram do país.

— O primeiro quadro refere-se aos Sousas saídos de Portugal após a morte de Sancho I em 1211. A ida dos irmãos Gonçalo e Garcia Mendes, o primeiro mordomo do falecido monarca e o segundo conhecido trovador, já foi abordada por mais de um autor⁵. Se os colocamos aqui, é para os relacionar com a hipótese de identificação, que avançamos em relação ao Gonçalo Garcia e ao Pero Garcia que se encontram em Aragão a assinar documentos entre 1229 e 1231, e pertenciam à casa do Infante Pedro Sanches⁶. Se a nossa hipótese estiver correcta, tratar-se-ia de dois filhos de Garcia Mendes de Sousa, d'Eixo, o trovador acima referido, que, como é sabido, esteve em Aragão.

Chamamos ainda a atenção para a eventualidade de alguns dos que saíram nesta mesma altura, e que não se conseguem identificar, serem nobres de posição inferior e obrigados por laços vassálicos a seguir os infantes no seu exílio, como parece ser o caso de Afonso Pires de Arganil⁷, que fazia parte da casa do futuro senhor de Maiorca, e o do trovador João Soares Coelho que terá acompanhado o infante D. Fernando de Serpa em 1240, facto, aliás, já salientado por José Mattoso⁸.

— Como veremos com o segundo exemplo, os pontos de ligação entre os elementos das duas famílias aí representadas podem ser mais complexos e diversificados do que os simples laços de parentesco. Estes, no entanto, não podem deixar de ser postos em destaque até porque, como se verifica pela observação do quadro, Vinhais e Correias são primos por suas mães. A sua presença em Castela verifica-se já no segundo «momento» por nós referido no ponto 1, ou seja, da década de 40 à década de 60.

⁵ *Cancioneiro da Ajuda*, op. cit., p. 326-327; MATTOSO, José, *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, 1981, p. 358-359 e IDEM, *Portugal Medieval — Novas interpretações*, Lisboa, 1985, p. 185.

⁶ SANTAMARIA, Álvaro, «Mallorca del Medioevo a la Modernidad», sep. de *História de Mallorca*, coord. por J. Mascaro Pasarius, Palma de Mallorca, 1970, p. 38.

⁷ *Monarquia Lusitana*, IV parte, Lisboa, 1974², fl. 102 v.º; BRASIO, A., *O Infante D. Pedro, senhor de Majorca*, in «Anais» [da Academia Portuguesa da História], II série, vol. IX (1959), p. 171; MATTOSO, José, *A nobreza medieval portuguesa (...)*, p. 359.

⁸ MATTOSO, José, *Portugal Medieval (...)*, p. 423-424; *Cancioneiro da Ajuda*, op. cit., p. 365.

Nos anos de 1242-43 vamos encontrar dois Vinhais e dois Correias, primos direitos entre si, na conquista do Reino de Murcia e todos ligados à Ordem de Santiago, sendo um deles o Mestre D. Paio Pires Correia⁹. Está, em 1248, no cerco de Sevilha acompanhado por seu irmão Paio Pires, o Alvarazento e seus sobrinhos Gonçalo Anes (que casa com uma sua prima, filha de Martim Anes do Vinhal) e Gomes Anes, para além de seus primos Gonçalo e Afonso Anes do Vinhal, este último provavelmente irmão de Gonçalo e Martim, mas omisso nos Nobiliários. Todos serão beneficiados em 1253 no «repartimiento» de Sevilha, com excepção de Gomes Anes, que terá entretanto falecido¹⁰.

Finalmente referimos Martim Anes do Vinhal que, pese embora o papel que desempenhou contra a revolta mudéjar de 1264 no Reino de Murcia e a relevância dos serviços prestados à Ordem de Santiago, a que pertencia, e pelos quais foi largamente recompensado¹¹, cedo regressou a Portugal, pois a 15 de Novembro de 1269, confirma o foral de Alijó¹².

— O terceiro quadro, referente aos Coelho, Vasconcelos e Portocarreiros, para além dos laços de parentesco que iremos referir, acrescenta alguns elementos interessantes e algo diferentes dos que temos vindo até agora a comentar. João Soares Coelho, que há pouco referimos como tendo acompanhado em 1240 o Infante de Serpa¹³ e que terá regressado a Portugal entre 1243-45 juntamente com o referido infante¹⁴, foi exímio trovador e em diversas épocas terá estado em Castela¹⁵. Uma sua filha foi a primeira mulher de Gonçalo Anes Correia, referido anteriormente.

João Soares Coelho era cunhado de João Pires de Vasconcelos, o conhecido Tenreiro, que esteve em 1248 no cerco de Sevilha¹⁶ e que, a fazer fé numa cantiga de escárnio¹⁷, de lá terá regressado com medo dos

⁹ Já em finais de 1241 se encontrava em Castela. Cfr. RIVERA GARRETAS, Milagros, *La encomiendã, el prioratõ y la villa de Uclés en la edad media (1174-1310). Formación de un señorío de la Orden de Santiago*, Madrid — Barcelona, 1985, doc. 181.

¹⁰ DAVID, Henrique, *Os portugueses nos livros (...)*, p. 275 e 278.

¹¹ DAVID, Henrique, *Os portugueses e a reconquista (...)*.

¹² P.M.H. — *Leges*, p. 716, 719, 723, 729, 730, 732 e 736; *Monarquia Lusitana*, V parte, Lisboa, 1976², fl. 308 v.º — 309; SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. I (livro I/II), Coimbra, 1946², p. 76-78.

¹³ Vd. nota 8.

¹⁴ PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor, *O Infante D. Fernando de Serpa e a sua presença em Castela* (no prelo).

¹⁵ Vd. nota 8.

¹⁶ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, Lisboa, 1973³, p. 339 e *Cancioneiro da Ajuda*, op. cit., p. 558.

¹⁷ MATTOSO, José, *A nobreza medieval portuguesa (...)*, p. 364.

muçulmanos — daí a alcunha —, fraqueza que, aliás, já anteriormente demonstrara ao fugir para Castela após o assassinato de Aires Anes de Freitas¹⁸. Os crimes serão, a nosso ver, outro dos motivos que terão levado alguns nobres a exilarem-se sem que seja possível detectá-los, a não ser, como é o caso, quando deram origem a relatos ou comentários mais ou menos jocosos. Os Nobiliários referem alguns exemplos, como o de Gomes Lourenço de Alvarenga que tendo raptado a célebre Ribeirinha, amante de Sancho I, foge com ela para Leão onde vem a ser condenado à morte por Afonso IX¹⁹. Um seu outro cunhado foi Gil Pires Feijó que ficou conhecido por Gil Pires Conde, também ele trovador na corte de Afonso X²⁰. Uma sua filha Teresa Gil, foi casada com Gonçalo Anes de Portocarreiro, beneficiado em 1253 no «repartimiento» de Sevilha, irmão de um Fernão Anes, deão de Braga e muito privado de Afonso X, segundo os Nobiliários²¹. É significativo o facto de os dois serem tios de Martim Pires de Portocarreiro, valido de Sancho IV²² e tios avós de Martim Fernandes de Portocarreiro que viveu na corte de Afonso XI²³.

— O quarto quadro é um exemplo nítido da presença simultânea de nobres aparentados entre si, em Castela, e no mesmo momento. Fernão Anes de Lima e Afonso Lopes de Baião eram primos direitos, são beneficiados em 1253, assim como Lourenço Pais de Alvarenga, primo direito de Afonso Lopes e Gomes Pires de Alvarenga, este primo dos dois anteriores e beneficiado em 1264 no «repartimiento» de Jerez de la Frontera.

— O quinto quadro genealógico revela-nos uma situação bastante interessante, já que comporta indivíduos relativos aos primeiro e segundo «momentos» da nossa periodização.

Nele vamos encontrar mais dois homens que em 1212 abandonam o reino: Gil Vasques de Soverosa²⁴ e João Soares de Paiva²⁵. O primeiro,

¹⁸ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. crit. por José Mattoso, vol. 1, Lisboa, 1980, (LL 36 E 9, 44 A 3, 53 A 5; F 5).

¹⁹ LL 36 BN 9; MATTOSO, José, *A nobreza medieval portuguesa (...)*, p. 360.

²⁰ LAPA, M. Rodrigues, *Miscelânea de Língua e literatura portuguesa medieval*, Coimbra, 1982, p. 265 e *Cancioneiro da Ajuda*, op. cit., p. 543 e 653.

²¹ LL 43 I 5.

²² LL 43 N 6 e MATTOSO, José, *A nobreza medieval portuguesa (...)*, p. 366.

²³ LL 43 O 6-7 e MATTOSO, José, *A nobreza medieval portuguesa (...)*, p. 366.

²⁴ LL 25 A 2-3, G 3 e MATTOSO, José, *A nobreza medieval portuguesa (...)*, p. 359.

²⁵ *Cancioneiro da Ajuda*, op. cit., p. 569 e MATTOSO, José, *A nobreza medieval portuguesa (...)*, p. 359.

grande senhor do seu tempo, foi pai de João, Vasco, Manrique e Martim Gil de Soverosa, os três primeiros beneficiados no «repartimiento» de Sevilha e que, tudo indica, tinham passado a Castela após a deposição de Sancho II bem como o quarto, Martim Gil, seu valido. Este último, embora não tenha estado presente nem à assinatura do testamento nem ao falecimento do monarca, pensamos que cedo terá feito parte da corte do infante D. Afonso, futuro rei Sábio, dado que a 28 de Dezembro de 1248 confirma uma doação feita por este à Ordem de S. João²⁶. Sabemos que Afonso III lhe sequestrou os bens e se conservou durante anos em Castela, onde sua irmã, Teresa Gil, fora uma das favoritas de Afonso IX²⁷. O seu relacionamento com a corte castelhana leva-nos a aceitar ser o Martim Gil que confirma diplomas de Afonso X de 1252 a 1260²⁸ e que em 1259 estava presente em Toledo à investidura de

²⁶ *Coleccion de Documentos para la história del reino de Murcia. III — Fueros y privilegios de Alfonso X el Sabio al Reino de Murcia*, ed. de Juan Torres Fontes, Murcia, 1973, doc. XI.

²⁷ LL 25 A 3.

²⁸ 1252 (ESTAL, Juan Manuel del, *Documentos Ineditos de Alfonso X el Sabio y del Infante, su hijo Don Sancho*, Alicante, 1984, pp. 150-154); 5.VIII.1252 (*Diplomatiario Andaluz de Alfonso X*), dir. de Manuel González Jiménez, no prelo, e pelo facto muito agradecemos a cedência desta informação); 22.I.1253 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit., III, doc. XV); 5.VI.1253 (*Coleccion de Documentos (...)*). I — *Documentos de Alfonso X el Sabio*, ed. de Juan Torres Fontes, Murcia, 1963, doc. II); 9.VIII.1253 (A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso III, Livro III, Fls. 6v-7v.); 19.V.1254 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit. III, doc. XVII); 22.VII.1254 (*Idem*, *ibidem*, doc. XIX); 27.XII.1254 (ALAMO, Juan del, *Coleccion Diplomatica de San Salvador de Oña (822-1284)*, 2 tomos, Madrid, C.S.I.C., 1950, doc. 525); 2.I.1255 (*Idem*, *ibidem*, doc. 528); 6.I.1255 (*Idem*, *ibidem*, doc. 529); 8.I.1255 (IDEM, *ibidem*, doc. 530); 9.I.1255 (IDEM, *ibidem*, doc. 531); 14.I.1255 (IDEM, *ibidem*, doc. 534); 22.I.1255 (*Idem*, *ibidem*, doc. 535); 17.IV.1255 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit., I, doc. III); 28.IV.1255 (DURO PEÑA, Emilio, *El Monasterio de San Esteban de Ribas de Sil*, Orense, Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijoo», 1977, pp. 284-285); 15.VI.1255 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit. III, doc. XXI); 6.VIII.1255 (MARTIN MARTIN, José Luis, VILLAR GARCIA, Luis Miguel, MARCOS RODRIGUEZ, Florencio, SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, Marciano, *Documentos de los Archivos Catedralicios y Diocesano de Salamanca (siglos XII-XIII)*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1977, p. 342-345); 6.X.1255 (MARTIN EXPÓSITO, Alberto e MONSALVO ANTÓN, Jose Maria, *Documentación Medieval del Archivo Municipal de Ledesma*, Salamanca, Deputación de Salamanca, 1986, doc. 3); 15.X.1255 (MARTIN, José Luis, (...), op. cit., p. 347-350); 16.X.1255 (IDEM, *ibidem*, p. 350-352); 25.X.1255 (*As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IX, Lisboa, 1971, gav. XVIII, m. 9, n. 12); 5.VII.1256 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit., III, doc. XXVI); 23.III.1257 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit., I, doc. VII); 28.III.1257 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit., III, docs. XXIX, XXX, XXXI); 14.IV.1257 (*Idem*, *ibidem*, doc. XXXII); 6.V.1257 (*Idem*, *ibidem*, docs. XXXV, XXXVI); 25.VI.1257 (*Coleccion de Documentos*

Frederico II, duque da Alta Lorena²⁹. O segundo, João Soares de Paiva, era tio de Gil Martins de Riba de Vizela, pai de Martim Gil de Riba de Vizela.

Gil Martins acompanhou Sancho II a Toledo e confirmou o seu testamento³⁰, mas cedo terá regressado à corte portuguesa onde se encontra em 1253 assinando no mês de Maio o foral de Cativeiros, já na qualidade de *maiordomus curiae*³¹, cargo que mantém, pelo menos até 8 de Maio de 1264, altura em que testemunha um documento dado em Beja³². No final desse mesmo ano já D. João de Aboim havia ocupado o referido cargo palatino e pensamos que Gil Martins terá voltado à corte castelhana pouco depois, acompanhado por seu filho Martim Gil, que de 1258 a 1261 confirma diversos forais como tenente de Trás-os-Montes³³. Entendemos que o Gil Martins e o Martim Gil que testemunham uma longa lista de privilégios de Afonso X, entre Abril de 1266 e Junho de 1274³⁴, cujas assinaturas vêm sempre juntas e por aquela ordem, e que

(...), op. cit., I, doc. VIII); 10.IV.1258 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit., III, doc. XLVI); 14.IV.1258 (*As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IX, Lisboa, 1971, gav. XVIII, m. 9, n. 7); 18.V.1258 (FLORIANO, Antonio C., *Documentacion Historica del Archivo Municipal de Caceres (1229-1471)*, Caceres, Institucion Cultural «El Brocense», 1987, pp. 13-16); 25.I.1260 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit., III, doc. LII) e 11.III.1260 (SERRANO, Luciano, *Cartulario del Infantado de Covarrubias* in «Fuentes para la Historia de Castilla por los PP. Benedictinos de Silos», vol. II, Valladolid, 1907, doc. LVIII).

²⁹ BALLESTEROS BERETTA, António, *Alfonso el Sabio*, Barcelona, 1984², p. 233-234.

³⁰ MATTOSO, José, *A nobreza medieval portuguesa (...)*, p. 337-338.

³¹ P.M.H. — *Leges*, p. 638.

³² FREIRE, Anselmo Braamcamp, *D. João de Aboim*, in «Archivo Historico Portuguez», vol. IV (1906), p. 117.

³³ P.M.H. — *Leões*, p. 686, 687, 689, 693, 695 e 698.

³⁴ 22.IV.1266 (*Diplomatario Andaluz de Alfonso X*, dir. de Manuel González Jiménez, no prelo); 14.V.1266 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit., I, doc. X); 19.V.1266 (*IDEM*, ibidem, doc. XIV); 21.V.1266 (*IDEM*, ibidem, doc. XVI); 15.VII.1266 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit., III, doc. LXXIII); 10.VIII.1266 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit., I, doc. XXIV); 11.XII.1266 (*IDEM*, ibidem, doc. XXV); 18.V.1267 (*IDEM*, ibidem, doc. XXXI); 19.V.1267 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit., III, doc. LXXIX); 14.XI.1267 (*O Livro de D. João de Portel*, ed. de Pedro A. de Azevedo, in «Archivo Historico Portuguez», vols. IV-VII (1906-1909), doc. XXXII); 27.IX.1269 (ARGOTE DE MOLINA, Gonçalo, *Nobreza de Andaluzia*, Sevilha, 1588, fls. 143-144); 1270 (*Galicia Historica*, Santiago de Compostela, Tomo I, n.º III (Nov.-Dez. 1901), doc. XXXIV); 2.III.1270 (SAINZ RIPA, Eugenio, *Colección Diplomática de las Colegiatas de Albelda y Logroño (tomo I: 924-1399)*, Logroño, C.S.I.C. — Instituto de Estudios Riojanos, 1981, doc. 50); 26.IX.1270 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit., III, doc. XCV); 30.IV.1271 (*Coleccion (...)*, op. cit., I, doc. XLIV); 20.VIII.1271 (*Coleccion de Documentos (...)*, op. cit., III, doc. CXIV); 16.III.1272

em alguns documentos vem mesmo referidos por «don Gil Martinez de Portugal, don Martin Gil, su fijo»³⁵, sejam os mesmos. A partir de meados de 1274 nada mais sabemos de Gil Martins. Quanto a seu filho, e pese embora o facto de ser mencionado em uma carta do Infante D. Sancho de 1279, como «ome del Rey»³⁶, sendo um rico-homem da confiança do rei Sábio achamos estranho que deixe de assinar os seus privilégios rodados, pelo que avançamos a hipótese de a seguir a meados de 1274 ter regressado a Portugal, sendo possivelmente o tenente de Elvas que confirma em 1277 o foral de Castro Marim³⁷ e em 1278 testemunha a doação feita pelo Bolonhes a seu filho D. Afonso da vila da Lourinhã³⁸. Terá regressado à corte castelhana juntamente com Dona Beatriz, confirmando diplomas régios até à morte de Afonso X³⁹, tendo inclusivé sido nomeado testamenteiro no segundo testamento daquele monarca⁴⁰.

— Chegamos ao sexto e último quadro, que é talvez o mais expressivo em relação aos laços de parentesco que uniam muitas vezes os «aventureiros» ou exilados.

Em apenas duas gerações, vamos encontrar dezasseis nobres aparentados entre si que estiveram em Castela ao longo da segunda metade do século XIII. A maior parte — treze — é beneficiada no «repartimiento» de Sevilha de 1253: os quatro filhos de Pero Soares Escaldado e um seu sobrinho, Afonso Pais Novais (um outro sobrinho, Afonso Pires Ribeiro, estava em Toledo em 1248 onde assina o testamento de Sancho II⁴¹),

(SAINZ RIPA, Eugenio, *op. cit.*, doc. 55); 8.IV.1272 (*Coleccion de Documentos (...)*, *op. cit.*, I, doc. XLIX); 9.IV.1272 (*IDEM*, *ibidem*, doc. L); 18.IV.1272 (*IDEM*, *ibidem*, doc. LII), 5.V.1272 (*IDEM*, *ibidem*, doc. LIV); 23.VI.1272 (*Coleccion de Documentos (...)*, *op. cit.*, III, doc. CXXVI); 25.VI.1272 (*IDEM*, *ibidem*, doc. CXXVII); 28.XII.1272 (*IDEM*, *ibidem*, doc. CXXVIII); 1273 (*Monarquia Lusitana*, V parte, Lisboa, 1976², fl. 50v); 7.V.1274 (SAINZ RIPA, Eugenio, *op. cit.*, doc. 63) e 6.VI.1274 (*Diplomatario (...)*). Ver também BALLESTEROS BERETTA, António, *op. cit.*, p. 616 e 685.

³⁵ Vd. docs. de 23.VI.1272, 25.VI.1272, 28.XII.1272, 1273 e 7.V.1274 referidos na nota anterior.

³⁶ BALLESTEROS BERETTA, António, *op. cit.*, p. 908.

³⁷ P.M.H. — *Leges*, p. 736.

³⁸ SOUSA, D. António Caetano de, *op. cit.*, p. 76-78.

³⁹ 4.III.1283 (*Monarquia Lusitana*, V parte, Lisboa, 1976², fl. 83 v-84); 4.III.1283 (*IDEM*, *ibidem*, fl. 311-311v); 8.III.1283 (*As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. I, Lisboa, 1960, gav. I, m. 5, n. 6); 1.IX.1283 (*Diplomatario (...)*); 8.XI.1283 (*IDEM*) e 10.I.1284 (*IDEM*).

⁴⁰ 10.I.1284 (*As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI, Lisboa, 1967, gav. XVI, m. 2, n. 6 e *Diplomatario (...)*).

⁴¹ HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*, ed. crit. de José Mattoso, vol. II, Lisboa, 1980, p. 540, nota 283.

Rui Martins de Nomães e Egas Martins Curutelo, ambos casados com netas do Escaldado e que também são beneficiados, um neto, Gonçalo Anes Redondo e um cunhado deste Rui Garcia de Paiva. Três cunhados de João Pires Redondo, filho de Pero Soares Escaldado, também recebem terras em 1253, um quarto, Gonçalo Pires de Pereira é, em 1269, mestre da Ordem do Hospital em Castela⁴² e um seu sobrinho, Estêvão Pires Froião, teve uma posição de grande relevo na corte de Sancho IV⁴³.

3 — Conclusões

O século XIII conhece em Portugal as primeiras tentativas sérias, por parte dos monarcas, de centralização do poder. Esta política irá condicionar as relações com a nobreza e obrigar a comportamentos diferentes por parte desta, de que a adopção definitiva da sucessão agnática é uma consequência. Também outras razões, quer económicas e sociais, quer de expansão demográfica tiveram marcada influência nas transformações referidas.

O início do reinado de Afonso II e a política acima apontada que logo pretendeu executar, e a crise de 1245 são exemplos de factores políticos que estão na origem da saída de grande número de nobres.

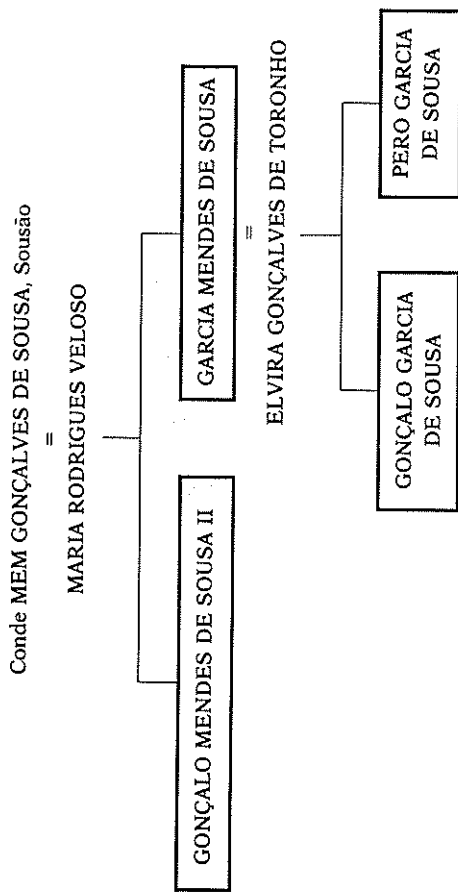
A constante mobilidade deste grupo e as suas fortes relações de parentesco com os seus vizinhos peninsulares, acrescida do gosto pela aventura e da necessidade de bens patrimoniais fizeram com que aqueles que não podiam contar com a herança paterna buscassem em outros lugares a possibilidade de criarem novas linhagens. É que, como diz José Mattoso, «...o Norte estava já saturado de nobres. Era preciso ir procurar mais a Sul novos espaços onde eles pudessem exercer os seus privilégios e regalias»⁴⁴.

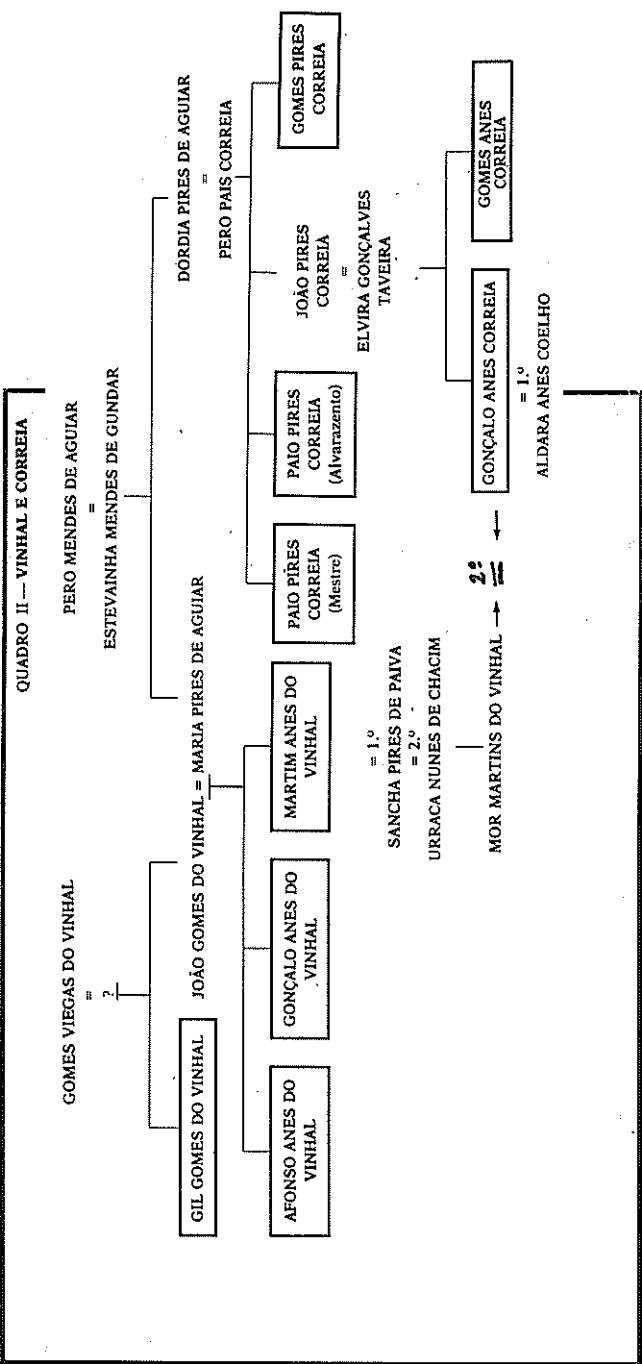
⁴² LL 34 A 1 e BALLESTEROS BERETTA, António, *op. cit.*, p. 451-452 e 483.

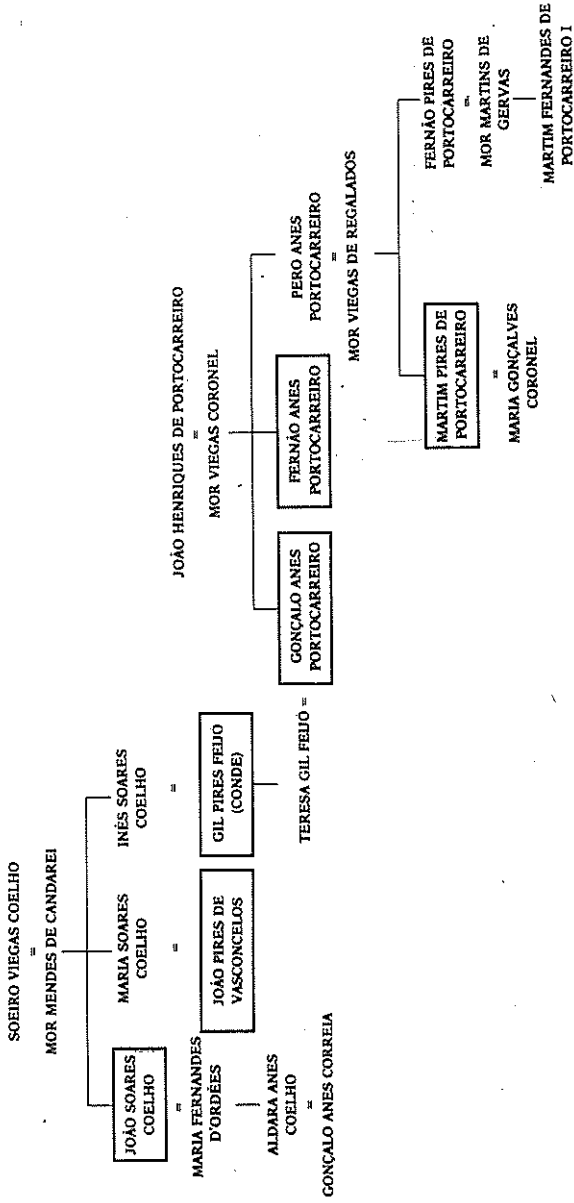
⁴³ *Cancioneiro da Ajuda*, *op. cit.*, p. 418-419 e MATTOSO, José, *A nobreza medieval portuguesa (...)*, p. 366.

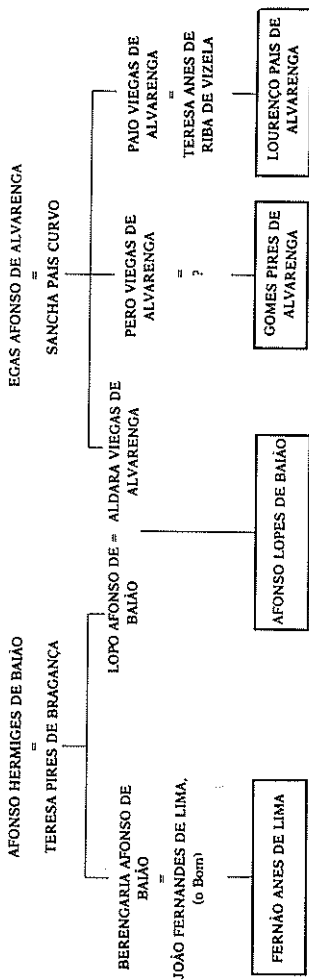
⁴⁴ MATTOSO, José, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Vol. I — *oposição*, Lisboa, 1985, p. 189.

QUADRO I — SOUSA

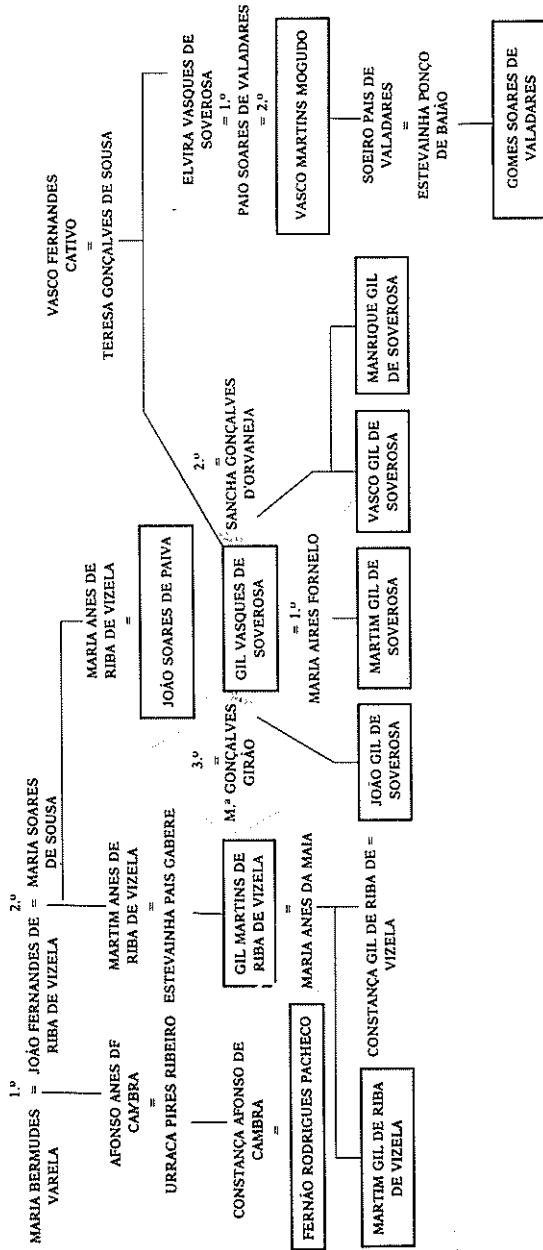








QUADRO V — RIBA DE VIZELA, PACHECO, SOVEROSA, VALADARES E MOGUDO DE SENDIM



QUADRO VI — VELHO, PEREIRA, NOVAIS, RIBEIRO, CURUTELO,
NOMÃES, TEIXEIRA, PAIVA E ZAGOMBA

